

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

### EXISTE UM FEMINISMO INDÍGENA?

### IS THERE AN INDIGENOUS FEMINISM?

Martha Luiza Costa Vieira<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este estudo busca investigar a integração de mulheres indígenas em narrativas feministas. Será que as agendas feministas se alinham às das mulheres indígenas? Além disso, o feminismo indígena é uma realidade? A partir da perspectiva da epistemologia decolonial, exploraremos e analisaremos essas questões.

**Palavras-chave:** Mulheres indígenas; Feminismo; Decolonial.

#### ABSTRACT

This study seeks to investigate the integration of indigenous women in feminist narratives. Do feminist agendas align with those of indigenous women? And, furthermore, is indigenous feminism a reality? From the perspective of decolonial epistemology, we will explore and analyze these questions.

**Keywords:** Indigenous women; Feminism; Decolonial.

## 1 INTRODUÇÃO

Reflexões e descobertas têm surgido ao longo da minha pesquisa de doutorado, na qual tenho me dedicado às experiências compartilhadas neste texto com mulheres indígenas que residem no Reassentamento Urbano Laranjeiras, no contexto urbano do município de Altamira, Estado do Pará, onde tenho como interlocutoras mãe e filhas pertencentes à etnia Chipaia.

Meu contato mais próximo com essas mulheres revelou um forte destaque para o protagonismo feminino na condução das demandas coletivas. São elas que tomam a frente ao

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: marthaluiza04@gmail.com

empreender ações políticas externas à comunidade, como aquelas que demandam interação com o poder público. Além disso, são as mulheres que mobilizam os jovens envolvidos no movimento indígena e predominam nas reuniões da associação de moradores.

Pesquisar sobre mulheres indígenas reassentadas, especialmente aquelas localizadas em um município da Amazônia, foi em parte motivado pela necessidade de reconhecer que a trajetória dessas mulheres é marcada por grande resistência, construída através de desafios diários em busca da sobrevivência física e identitária diante de diversos adversários, incluindo discursos homogeneizantes que, ao ferirem a diversidade cultural desses povos, também ameaçam sua sobrevivência coletiva, tanto material quanto subjetivamente.

O objetivo deste artigo é refletir sobre até que ponto é viável mapear a influência dos variados discursos e ideais feministas em relação ao que pode ser considerado como feminismo indígena, e se é factível identificar algo nessa perspectiva, busco empregar uma abordagem de pesquisa alinhada com a literatura pós-colonial e decolonial.

No Brasil, o direito à existência das comunidades indígenas está intimamente ligado à reafirmação da indianidade perante o Estado, condição essencial para a sobrevivência da comunidade. Ao ser reconhecido e utilizado como um elemento político, torna-se evidente que é por meio dele que surgem os elementos que conduzirão ao reconhecimento da identidade indígena coletiva. A partir disso, grande parte das reivindicações das comunidades perante o Estado e a sociedade é estabelecida, na busca pelo direito à diversidade como um elemento fundamental para a resistência e o fortalecimento da cidadania.

## **2 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DECOLONIAL**

O movimento crítico, recentemente designado como “decolonial”, surgiu em decorrência e aversão ao imperialismo e colonialismo, dois termos integrados. O colonialismo, indicado por Linda Tuhiwai Smith (2018), é a alavanca do imperialismo, provavelmente sua expressão máxima, manifestando-se em diversas frentes, como a econômica, política, epistêmica, discursiva, entre outras. Para a pesquisadora:

Entender o alcance do imperialismo em “nossas cabeças” representa um desafio, um fenômeno para nós que pertencemos às comunidades colonizadas, em parte porque percebemos uma necessidade de descolonizar nossas mentes, recobrar nosso ser,

reivindicar um espaço onde possamos desenvolver um sentimento de humanidade autêntica (Smith, 2018, p. 35)<sup>2</sup>.

Deve-se destacar que a decolonialidade tem como fundamento basilar e ponto de partida a descolonização do saber, o desapego da episteme eurocêntrica, de modo a proporcionar a emergência de “pensamentos outros”, de outras formas de conhecimento silenciadas pela ciência moderna ocidental.

É necessário abrir um breve parêntese observando que as tentativas de silenciamento não ocorrem de forma absoluta. É importante não esquecer as dimensões complexas de interação e negociação entre diferentes grupos sociais e mundos históricos. O historiador e antropólogo mexicano Federico Navarrete Linares (2020) explora essa questão, enfatizando as narrativas como produtos de negociações cosmo-históricas, ainda que desiguais. Nessa forma de pensar, como ensina Walter Benjamin apud Lowy (2005), ao rejeitar a história pelos detalhes, torna-se possível que grupos com vantagem na conversa ouçam vozes oprimidas e identifiquem novos significados além do óbvio.

Segundo Smith (2018), para os indígenas, o colonialismo ainda não foi superado. Na visão da antropóloga e socióloga Ana Monoela do povo Karipuna:

Para nós a colonização não é um episódio que ficou no passado, ela ainda tem suas consequências muito fortes no presente. Para nós a colonização é a origem das desigualdades, foi ela quem trouxe o patriarcalismo, o paternalismo e os machismos para dentro de nossos territórios. Quando digo e escrevo “nossos territórios”, não me refiro apenas às aldeias e às terras indígenas, mas a todo o país, pois, o Brasil inteiro é Terra Indígena (Karipuna, 2021, p. 7).

A definição de decolonialidade foi sendo elaborada através de encontros acadêmicos, diálogos e publicações. Um marco relevante da “colonialidade”, segundo Mignolo, situa-se nas elaborações conceituais do sociólogo peruano Aníbal Quijano acerca da “colonialidade do poder”, debatidas no artigo pioneiro “*Colonialidad y modernidad/razionalidad*”, de 1989, no qual Quijano sugere romper com os padrões desvirtuados e lançados pela razão moderna.

As origens do pensamento decolonial remetem aos fundamentos da modernidade/colonialidade, pois, como aponta Mignolo (2008), o colonialismo é um

---

<sup>2</sup> Mesmo Linda Tuhiwai Smith direcionando seu livro para os indígenas, em particular para aqueles que são pesquisadores, sua reflexão assume importância também para os não indígenas, sejam eles pesquisadores dos povos indígenas ou não. Isso possibilita que não caiam no “perigo da história única” oficializante, retomando a expressão da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

componente intrínseco da modernidade. Cabe ressaltar que, diante da fala hegemônica e universalista da ciência eurocêntrica, a busca por alternativas teóricas se expande por diversos espaços e temporalidades.

Quando o contexto se refere especificamente ao feminismo na vertente decolonial, ressalta-se que ele adota postulados da colonialidade, fornecendo subsídios para mediações e julgamentos acerca das “relações e entrelaçamentos de ‘raça’, sexo, sexualidade, classe e geopolítica” (Curiel, 2020, p. 121).

### 3 EXISTE FEMINISMO INDÍGENA?

A História das mulheres e do feminismo, na matriz ocidental colonial de poder, na linha Europa e Estados Unidos, encontram-se emaranhadas. Não que antes do movimento feminista, no século XX, as mulheres não tivessem História. Acontece que, até o movimento de mulheres dos anos 1970<sup>3</sup> distinguir as ocorrências de exclusão, a cautela rejeitada às mulheres era continuamente dirigida pelo olhar masculino, o qual se incumbia de lhes conferir um espaço menor na História. Como bem nos recomendou a historiadora francesa Michelle Perrot, as mulheres eram comprimidas ao plano das vulgarizações e estereótipos: “as mulheres são [...]”, “a mulher é [...]”, (Perrot, 2019, p. 17). Além disso, dentro da cultura patriarcal, foram os homens que também atribuíram qual espaço as mulheres careceriam ocupar.

É preciso ressaltar que, apesar das limitações enfrentadas pelo gênero feminino ao longo da história, as mulheres têm conseguido perturbar a ordem das coisas ao direcionar suas ações de acordo com seus próprios interesses. Perrot (2017), por exemplo, demonstra isso ao defender o significado de poder, traduzido em diversas passagens nas quais as mulheres ocupam grande parte. Perrot convida-nos agora a rejeitar a “representação dominante” de mulheres passivas e coagidas em detrimento das mulheres populares e rebeldes. Dessa forma, ela evidencia as diversas estratégias de resistência que as mulheres enfrentam no seu cotidiano.

Vale enfatizar que a categoria feminina pode levar à homogeneização. Essa descoberta, de certa forma, criou uma crise não apenas no campo da política, ou seja, no movimento feminista, mas também no campo da epistemologia, ou seja, na história das mulheres.

---

<sup>3</sup> De acordo com Peter Burke (2010, p. 90), é a terceira geração dos *Annales* “a primeira a incluir as mulheres [...] os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la de maneira mais integral”.

Diante das críticas à especialização da categoria feminina, no final da década de 1980, foi proposta a inclusão de uma categoria de gênero<sup>4</sup>.

Você pode pensar em 1986/1989 como o ponto de partida para esta mudança de foco, pois foi um período importante em que foi publicado o artigo da historiadora americana Joan Scott "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". No Brasil, este artigo foi traduzido e publicado em 1990 pela Revista Educação e Realidade. O trabalho de Scott ajuda a desconstruir a categoria de "mulher" como um bloco homogêneo de identidades únicas e aponta para a necessidade urgente de evitar generalizações.

Se em um primeiro momento foi questionada a universalidade do sujeito masculino na história, abriram-se as portas para um novo sujeito, ou seja, a mulher. Então, em algum momento, através de tais crises, passou-se a indagar a universalidade do sujeito feminino também. Nessa conjuntura, segundo as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), inicia-se a divisão da concepção universal de mulher em classe, raça, etnia, entre outros, a partir da mudança de foco para a diferença dentro da diferença, com intuito de acolher as pluralidades sem desabar em obliquidades binárias, fixas e naturalizadas.

Ao empregar o gênero como categoria de apreciação histórica, é plausível, como sugere Haug (2007), realizar um estudo crítico sobre como o gênero (re)cria um conjunto de relações sociais, mas também considera as mulheres como pessoas ativas e conscientes. Dado que alguns trabalhos com foco nas mulheres indígenas não consideram o papel ativo das mulheres nas dinâmicas sociais, acredito que esta seja a premissa de Elisa Frühauf Garcia (2020), que defende uma perspectiva de gênero na história indígena.

Como coloca Oyérónké Oyěwùmí (2021), é relevante ressaltar o quanto é importante atentar para a (im)possibilidade de utilização da categoria "europeu-americana" em diferentes contextos e realidades, porque podem tornar-se "estrangeiros" de outra cultura.

A incorporação de uma perspectiva de gênero na história indígena deve levar as pesquisas a se afastarem dos modelos estabelecidos e a procurarem compreender os padrões que esses grupos sociais produzem.

---

<sup>4</sup> É preciso fazer notar a crítica que Paula F. Sampaio dirige à conceituação formulada por Scott, apesar de reconhecer sua importância no debate sobre a história das mulheres e das relações de gênero, a categoria "gênero", em tal acepção, tende a se sobrepujar diante de outras categorias. Além disso, apresenta uma "centralidade na empiria do gênero nos termos das feministas brancas estadunidenses", impondo "limites a compreensão histórica do mundo a partir da conquista dos territórios dos povos indígenas na América pelos colonizadores da Europa" (Sampaio, 2021, p. 174).

Quanto ao feminismo, é relevante destacar que “durante o desenvolvimento dos feminismos do século XX, não se fizeram explícitas as conexões entre gênero, classe e a heterossexualidade como racializados” (Lugones, 2020, p. 73), de modo que suas enumerações foram julgadas, por exemplo, por feministas negras, por serem exorbitantemente generalistas e girarem em torno da mulher branca. As críticas também possibilitaram distinguir a atitude colonialista precursora do pensamento feminista hegemônico.

Daí a importância de compreender a necessidade de estabelecer discussões acerca da história das mulheres indígenas na esfera decolonial.

Lélia Gonzalez, intelectual e ativista negra brasileira, foi pioneira ao enfatizar os indicadores sociais de raça e criticou o feminismo como produto da teoria e da prática que visa o esquecimento da dimensão racial. Lélia acredita que a explicação para o esquecimento e o silêncio está no “racismo por exclusão”, enraizado em visões eurocêntricas e neocoloniais de sistemas patriarcais racistas. Ainda segundo a autora:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (Gonzalez, 2020, p. 43-44).

Resumidamente, podemos mencionar três fases da criação narrativa fundamentada no pensamento feminista. O primeiro é o dominante, caracterizado pelo eurocentrismo. Embora relevante por expor as opressões da estrutura patriarcal, negligencia as mulheres racializadas, negras e indígenas. É um feminismo colonial cujos representantes se consideram superiores e assumem a tarefa de salvadores que trabalham com o imperialismo (Abu-Lughod, 2012).

O segundo momento é representado por escritoras como Oyéronké Oyèwùmí e María Lugones, que negam a existência do gênero como indicador social no mundo antes da invasão colonial. A respeito disso, Lugones argumenta o seguinte:

O sistema de gênero se consolidou com o avanço do (s) projeto (s) colonial (ais) da Europa. Ele começa a tomar forma durante o período das aventuras coloniais da Espanha e de Portugal e se consolida na modernidade tardia. O sistema de gênero tem um lado visível/iluminado e um oculto/obscuro. O lado visível/iluminado constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero. Ele organiza apenas as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, mas dá forma ao significado colonial/moderno de “homem” e “mulher” (Lugones, 2020, p. 78).

O terceiro momento é representado por Rita Segato e Julieta Paredes, que defendem a existência de gênero nas sociedades pré-coloniais. Segundo Segato (2016), antes da invasão do “mundo da aldeia”, é possível identificar uma organização patriarcal de “baixa intensidade”, diferente do binarismo de gênero do Ocidente. No “mundo da aldeia”, não existe dicotomia; há uma dualidade hierárquica que inclui a desigualdade, mas também a riqueza política e ontológica.

No mundo da modernidade não há dualidade, há binarismo. Enquanto na dualidade a relação é de complementaridade, a relação binária é suplementar, um termo suplementa o outro, e não o complementa. Quando um desses termos se torna “universal”, quer dizer, de representatividade geral, o que era hierarquia se transforma em abismo, e o segundo termo se converte em resto e resíduo: essa é a estrutura binária, diferente da dual (Segato, 2021, p. 122).

Elisa Urbano Ramos Pankararu (2019), escritora e antropóloga do povo Pankararu, fala sobre duas relações interligadas entre os gêneros, lembrando que os papéis sociais a elas associados são semelhantes aos de seus ancestrais. Ao longo da discussão, Elisa nos apresenta um modelo ancestral de comunidades indígenas imbuídas em elementos matrilineares. É importante lembrar que na filosofia do povo Pankararu, o mundo tem origem no feminino, pois é a forma feminina da terra, a grande criadora e protetora de todos os espaços onde existe vida.

Conforme os ensinamentos do meu povo, eu tenho em mente desde criança que existem seres sagrados em forma de mulheres, com hábitos de mulheres, nós somos seres divinos na nossa representação. [...] no mundo dos nossos mistérios espirituais a essência feminina se faz presente em um mesmo patamar que os seres sagrados masculinos (Pankararu, 2019, p. 14).

Ana Manoela Karipuna (2021, p. 2) relata em artigo teórico-político que, após um evento acadêmico, a ideia assumida de “feminismo indígena” começou a aparecer em sua agenda. Até então, ela afirmava que suas pesquisas não eram feministas, “mas sim como pesquisas que traziam as vozes, as histórias e os conhecimentos de algumas indígenas mulheres de meu povo”.

Os escritos de Ana Karipuna deixam claro que aqueles que primeiro tentaram classificar o mundo indígena e as relações de gênero eram não-indígenas, procurando arrogantemente as chaves para interpretar o seu mundo. Foi uma estrangeira quem primeiro classificou o “corpo”, as “palavras”, a “pesquisa” e a “ação” de Ana Karipuna como feministas.

Aqui estão as evidências materiais que podemos colher das reflexões de Ana Karipuna sobre a questão “Existe feminismo indígena? E as mulheres indígenas? o que pensam?”. Isso pode ser visto nos movimentos liderados por mulheres indígenas. O movimento que lideram não se autodenomina movimento feminista, mas sim um movimento de mulheres indígenas.

Certamente há mulheres indígenas que se consideram feministas, mas a autoidentificação é muitas vezes acompanhada de ponderações. É o caso de Ana Pankará: “O feminismo ainda tem que melhorar muito sua visão no que diz respeito às mulheres de classe mais baixa e das mais diversas etnias, visto que hoje em dia a sororidade ainda não alcança o lar dessas mulheres que, inclusive, são as que mais sofrem com o patriarcado e machismo”. Ela trata da opressão vivida pelas mulheres indígenas e tem um aspecto diferente da opressão vivida pelas mulheres não indígenas.

Contudo, embora existam especificidades que distinguem as lutas das mulheres aborígenes das de outras mulheres, inúmeras semelhanças não podem ser ignoradas. Ana Karipuna aponta o debate sobre questões de gênero, a mobilização em apoio às vozes ativas, o direito à formação qualificada e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres como as principais razões pelas quais o movimento de mulheres indígenas se funde com o feminismo.

Elisa Pankararu acredita que as divergências que surgiram ao mesmo tempo são muito positivas e ajudam a ampliar o debate para garantir que todas as mulheres tenham voz, sejam ouvidas e respeitadas:

Os confrontos no campo das ideias são por motivos diferentes, o que demanda por princípio reconhecer o feminismo, porém considerar as diferentes realidades. Neste sentido, o feminismo hegemônico é válido para que outros feminismos sejam pensados a partir de seus corpos e espaços. E por isso serem consideradas as mais variadas características de vivências das mulheres brancas na Europa e das mulheres indígenas na América Latina. O reconhecimento de que existe uma pluralidade de contextos feministas, significa que o assunto não é algo simples e em suas distâncias é fundamental considerar essas diferenças (Pankararu, 2019, p. 67, grifo nosso).

Elisa sugere que, além de reconhecer a existência de vários feminismos, deveriam criar uma definição de feminismo indígena. Para isso, consideraria palavras emprestadas do feminismo hegemônico e acrescentaria o termo “indígena” ao feminismo. O termo “indígena” infiltra-se na política e cria uma ordem de pensamento e de existência.

É preciso ter em mente que se trata de um feminismo com uma identidade feminina intimamente ligada à terra e às narrativas mitológicas. Um feminismo que resiste aos ataques violentos do patriarcado e do colonialismo e é fortalecido pela essência da Mãe Natureza, pois, “a violência nada mais é que uma desarmonia constituída em contraposição a forma como esse universo se constituiu a partir da grande mãe terra” (Pankararu, 2019, p. 80). Para Elisa Pankararu, o feminismo indígena concebe uma maneira de bem viver no mundo.

Em vias de uma construção histórica, de ação participativa nas aldeias e de luta dentro do movimento social, barreiras vão se rompendo e as mulheres vão tendo acesso ao mundo que subjetivamente se propõe aos homens. Esse movimento de ação contínua nos faz compreender que mulheres indígenas não são apolíticas, e que a ação dessas mulheres vem trazendo uma nova onda de feminismo. O feminismo indígena já existe, tá posto, vamos definir, pois estamos em um momento de construção (Pankararu, 2019, p. 91).

Não há um consenso entre as mulheres indígenas quanto ao uso do termo “feminismo”<sup>5</sup>. Aquelas que o rejeitam justificam-no pelo fato de ele aparecer no contexto dos interesses das mulheres brancas de classe média, que vivem em um contexto cultural divorciado da realidade das indígenas. Segundo Cruz (2020), embora não se enquadre no termo “feminismo”, ela acredita que é importante defender os direitos das mulheres e contribuir para o combate ao terrorismo.

As mulheres indígenas que empregam o termo buscam adaptá-lo às suas necessidades e ao contexto em que se encontram, pois o veem como um mecanismo significativo de engajamento feminino na batalha pela proteção dos direitos de seus povos.

A participação delas, por sua vez, é fundamentada na priorização dos interesses coletivos, conforme Elisa **Urbano Ramos Pankararu** nos informa como **o feminismo indígena é entendido pelas mulheres de seu povo:**

É mais comum no Brasil falar mais a palavra machismo, do que sobre o feminismo. Então falar feminismo no Brasil, em todos os contextos e em todas as sociedades, é difícil, pois o termo é visto de forma preconceituosa. E nas comunidades indígenas esse termo vai ser pouco usado, por se tratar de uma palavra muito acadêmica ou dos movimentos feministas. A gente sabe que as mulheres que se dizem feministas são discriminadas, são vistas de forma pejorativa.

No meio indígena, destaco a subjetividade como essas mulheres vão conduzindo seu povo, a sua autoridade, junto a homens e mulheres do seu território. Então é a ação que é mais importante que a palavra. Considerando esse feminismo enquadrado, o indígena vai trazer isso de forma ancestral, refletindo as violações da colonização, dos

<sup>5</sup> O termo “feminismo” se alinha melhor à multiplicidade de doutrinas e movimentos que têm como motivação precípua as mulheres. Nesse parágrafo, optei pelo seu uso no singular por se tratar da especificidade do feminismo indígena.

nossos corpos e dos territórios sagrados presentes até hoje (Feminismo..., 2023).

Percebe-se que, embora não tenham um “feminismo indígena” unificado, existem diversos exemplos de que as mulheres indígenas fazem frente aos resquícios coloniais que perduram até hoje, e elas consideram as sabedorias ancestrais – uma delas é perceber o “bem viver” como motor para o futuro. É uma definição que teria que partir da ideia de que todas as mulheres indígenas estão inseridas em um mesmo contexto e lutam por pautas iguais, o que não é verdadeiro. Segundo Taily Terena, em vez de “feminismo indígena”, é preferível o termo “Luta das Mulheres Indígenas” – um conceito bastante difundido entre mulheres indígenas de diferentes culturas.

#### 4 CONCLUSÃO

As reflexões abordadas não têm a intenção de se esgotar neste artigo, dada sua complexidade. O que se pode concluir, de forma parcial, a partir da análise feita, é a necessidade urgente de adotarmos uma abordagem dupla: em primeiro lugar, examinar o feminismo dominante, assim como outras narrativas que pretendam dominantes, questionando-as; em segundo lugar, direcionar o olhar em uma direção oposta, tomando como exemplo as mulheres indígenas e suas formas de engajamento e debate sobre questões de gênero.

Até o momento, foi observado, através de diversos diálogos com mulheres indígenas, uma ampla gama de posicionamentos divergentes, convergências, aproximações e debates com o feminismo, bem como uma tentativa de elaborar e caracterizar um novo tipo de feminismo alinhado com a visão de mundo indígena.

#### REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 451-470, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a escola dos annales 1929-1989. 2. ed. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: EdUnesp, 1992. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr3ecuew>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CRUZ, Fabiana Medina. Feminismo indígena ou Nhandutí Guasu Kunhã: a rede de mulheres indígenas pelos direitos ancestrais e reconhecimento ético. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. **Literatura indígena brasileira contemporânea**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

FEMINISMO indígena: estudo e ancestralidade. **Centro Sabiá**, Recife/PE, 21 de abril de 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/2v2eew8r>. Acesso em: 7 jan. 2024.

GARCIA, Elisa Fruhauf. As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. *In*: SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa Fruhauf (org.). **Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 27-44.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

HAUG, Frigga. Para uma teoria das relações de gênero. **CLACSO**, Buenos Aires, p. 345-359, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/4yw5hz7b>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KARIPUNA, Ana Manoela Primo dos Santos Soares. Mulheres originárias: reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 1-12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe190396%20>.

LINARES, Frederico Navarrete. Hacia una cosmohistoria: las historias indígenas más allá de la monohistoria occidental. *In*: SIMSON, Ingrid; PADILLA, Guillermo Zermeño (org.). **La historiografía en tiempos globales**. Spain: Edition Tranvia, 2020. p. 227-252.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. Tradução de Vanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MIGNOLO, Walter. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-281, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/ye6d62s4>. Acesso em: 1 ago. 2022.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PANKARARU, Elisa Urbano Ramos. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco**: espaço de poder onde acontece a equidade de gênero. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração**: séculos XX e XXI. 2021. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/2m8tttrp>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: EdUFPR, 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>.